



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO AMAZONAS
GABINETE DO PROCURADOR-CHEFE**

EDITAL Nº 04 DE 30 DE AGOSTO DE 2021

O Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Amazonas, com fundamento na Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, na Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público, de 16 de junho de 2009, e alterações posteriores e no regulamento do Programa de Estágio do Ministério Público da União aprovado pela Portaria PGR/MPU Nº 378, de 9 de agosto de 2010, e alterações posteriores, resolve:

Art. 1º Tornar público modelo de prova com gabarito preliminar da prova objetiva referente ao 1º Processo Seletivo para Estagiários de nível superior para a área de Pós-graduação em Direito e graduação em Comunicação Social-Jornalismo (ANEXO I), da Procuradoria da República no Amazonas, realizado em 27/08/2021.

Art. 2º O candidato pode verificar sua nota na plataforma Moodle, bem como as marcações realizadas.

Art. 3º Consignar o prazo de 01 dia, 31/08/2021 para interposição de recursos em face do gabarito preliminar, os quais deverão ser redigidos no formulário, conforme anexo VI do edital de abertura disponível no site <http://www.mpf.mp.br/am/estagio-conosco> e encaminhados para o email: pram-estagio@mpf.mp.br, das 8h às 16h, horário de Manaus-AM.

THIAGO PINHEIRO CORRÊA
Procurador-Chefe

[Painel](#) / [Cursos](#) / [PR-AM](#) / [1º Processo Seletivo de estagiários de 2021](#) / [2325-663](#) / [Geral](#)

/ [Questões Objetivas - 1º Processo Seletivo de Estagiários de 2021 - Pós-Graduação em Direito](#) / [Visualização prévia](#)

Você pode visualizar este teste, mas se isto fosse uma tentativa real, você seria bloqueado porque:

Atualmente este questionário não está disponível.

Questão **1**

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

Com base na jurisprudência do STF, assinale a alternativa INCORRETA:

- a. O ensino religioso nas escolas públicas brasileiras pode ter natureza confessional;
- b. É constitucional lei estadual que preveja o pagamento de indenização por parte do Estado Membro a pessoas presas por motivos políticos durante a ditadura que tenham sofrido danos físicos ou psicológicos, independentemente do pagamento de indenização pela União.
- c. É possível o envio da Força Nacional de Segurança para atuar no Estado-membro sem que tenha havido pedido ou concordância do Governador.
- d. Não configura violação à separação de poderes decisão judicial que obrigue o Executivo a manter estoque mínimo de determinado medicamento;
- e. Os transgêneros podem mudar o nome e o gênero (sexo) no registro civil independentemente da cirurgia de transgenitalização ou da realização de tratamentos hormonais ou patologizantes.



Questão 2

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

Assinale a alternativa INCORRETA:

- a. É inexigível autorização de pessoa biografada relativamente a obras biográficas literárias ou audiovisuais, sendo também desnecessária autorização de pessoas retratadas como coadjuvantes.
- b. Em regra, a colisão da liberdade de expressão com os direitos da personalidade será resolvida pela retificação, pelo direito de resposta ou pela reparação civil, não pela retirada de matéria jornalística de circulação;
- c. É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.
- d. Considerando que o Brasil é um Estado laico, está vedada a prestação de assistência religiosa em entidades públicas, civis ou militares, de internação coletiva.
- e. Está protegida pela liberdade de expressão a manifestação pública em defesa da abolição de crime, não sendo considerada incitação à prática de fato criminoso;



Questão 3

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

Assinale a alternativa CORRETA:

- a. O tribunal de contas pode assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade;
- b. Qualquer partido político, associação ou sindicato é parte legítima para denunciar irregularidades ou ilegalidades ao Tribunal de Contas da União, não podendo a denúncia ser feita diretamente por cidadãos.
- c. O tribunal de contas pode determinar, nos processos de sua competência, a quebra do sigilo bancário de dados.
- d. O tribunal de contas não tem atribuição para sustar a execução de atos impugnados;
- e. O Ministério Público possui legitimidade para ajuizar a execução de título executivo extrajudicial decorrente de condenação proferida pelo Tribunal de Contas.

Questão 4

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

Assinale a alternativa INCORRETA:

- a. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial.
- b. Os princípios da separação dos poderes e do fomento à educação são violados por decisões judiciais que geram bloqueio, penhora ou sequestro, para fins de quitação de débitos trabalhistas, de verbas públicas destinadas à merenda, ao transporte de alunos e à manutenção das escolas públicas.
- c. As escolas privadas são obrigadas a oferecer atendimento educacional adequado e inclusivo a pessoas com deficiência. Podem, porém, cobrar um valor adicional na mensalidade por causa disso;
- d. A garantia constitucional da gratuidade de ensino não obsta a cobrança, por universidades públicas, de mensalidade em curso de especialização.
d) As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial.
- e. Lei municipal que proíba a utilização de material com referência à "ideologia de gênero" nas escolas municipais é formal e materialmente inconstitucional, pois viola o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, entre outras disposições constitucionais, e invade competência privativa da União.



Questão 5

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

No que tange ao controle de constitucionalidade, assinale a alternativa INCORRETA:

- a. Não cabe ação direta de inconstitucionalidade contra Resolução do CNMP.
- b. No Brasil, o controle de constitucionalidade usa como paradigma o bloco de constitucionalidade, que é composto pelo texto da Constituição e por normas constitucionais não expressamente incluídas no texto da Constituição;
- c. A decisão do relator que admite ou inadmite o ingresso do amicus curiae é irrecorrível.
- d. No controle abstrato de constitucionalidade, o STF não está vinculado aos fundamentos jurídicos invocados pelo autor;
- e. Não há impedimento, nem suspeição de ministro, nos julgamentos de ações de controle concentrado, exceto se o próprio ministro alegar razões de foro íntimo para não participar;

◀ A PROVA OCORRERÁ NO HORÁRIO DE MANAUS DE: 13:00H ÀS 15:30H. É TERMINANTEMENTE PROIBIDO TENTAR ACESSAR A PROVA ANTES DO HORÁRIO E DATA PREVISTO EM EDITAL.

Seguir para...

Questões Subjetivas - 1º Processo Seletivo de Estagiários de 2021 - Pós-Graduação em Direito. ▶



[Painel](#) / [Cursos](#) / [PR-AM](#) / [1º Processo Seletivo de estagiários de 2021.](#) / [2325-663](#) / [Geral](#)

/ [Questões Objetivas - 1º Processo Seletivo de Estagiários de 2021 - Pós-Graduação em Direito.](#) / [Visualização prévia](#)

Você pode visualizar este teste, mas se isto fosse uma tentativa real, você seria bloqueado porque:

Atualmente este questionário não está disponível.

Questão **6**

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

Sobre processo administrativo federal, assinale a opção incorreta:

- a. O recurso administrativo não tem efeito suspensivo, salvo disposição legal em contrário.
- b. Se o interessado desistir do pedido formulado, a administração não pode determinar seu prosseguimento.
- c. Em respeito ao princípio da verdade material, não há presunção de culpa, confissão ou renúncia a direito quando o interessado deixa de atender à intimação.
- d. Pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos, portadoras de deficiência física ou mental e de doenças graves têm direito à prioridade de tramitação de seus processos administrativos, em qualquer órgão ou instância.
- e. As provas solicitadas pelo interessado só podem ser indeferidas quando forem ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias.



Questão 7

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

No que concerne à Administração Indireta, assinale a alternativa incorreta:

- a. As sociedades de economia mista são pessoas jurídicas de direito privado cujos agentes ocupam emprego público e se sujeitam à regra constitucional de vedação à acumulação remunerada de cargos, empregos e funções públicas.
- b. As autarquias são pessoas jurídicas de direito público criadas por lei específica ou decreto, para prestação de serviço público, submetendo-se ao regime de precatório.
- c. Não se submetem ao regime de precatório as empresas públicas dotadas de personalidade jurídica de direito privado com patrimônio próprio e autonomia administrativa que exerçam atividade econômica sem monopólio e com finalidade de lucro.
- d. As empresas públicas sujeitam-se à realização de concurso público.
- e. É aplicável o regime dos precatórios às sociedades de economia mista prestadoras de serviço público próprio do Estado e de natureza não concorrencial.



Questão 8

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

Sobre os agentes públicos, assinale a alternativa correta:

- a. Os servidores ocupantes de cargo exclusivamente em comissão não se submetem à regra da aposentadoria compulsória prevista no art. 40, § 1º, II, da CF/88.
- b. havendo compatibilidade de horários, é possível a acumulação remunerada de até três cargos públicos de professor;
- c. É permitida a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo.
- d. O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
- e. As funções de confiança podem ser exercidas por ocupantes de cargo efetivo ou de cargo em comissão.



Questão 9

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

Sobre o poder de polícia, assinale a alternativa correta:

- a. Em geral, ele é vinculado, não discricionário.
- b. Regula a prática de ato, não a abstenção de fato.
- c. Insuscetível de controle judicial, por causa da autoexecutoriedade.
- d. Se aplica quando há sujeição especial do indivíduo ao Estado, ou seja, nos casos de servidores públicos, contratados pelo ente público, etc.
- e. Uma das características do poder de polícia é a autoexecutoriedade, prerrogativa que a Administração tem para implementar seus atos, sem a necessidade de manifestação prévia do Poder Judiciário.

◀ A PROVA OCORRERÁ NO HORÁRIO DE MANAUS DE: 13:00H ÀS 15:30H. É TERMINANTEMENTE PROIBIDO TENTAR ACESSAR A PROVA ANTES DO HORÁRIO E DATA PREVISTO EM EDITAL.

Seguir para...

Questões Subjetivas - 1º Processo Seletivo de Estagiários de 2021 - Pós-Graduação em Direito. ▶

[Painel](#) / [Cursos](#) / [PR-AM](#) / [1º Processo Seletivo de estagiários de 2021](#) / [2325-663](#) / [Geral](#)

/ [Questões Objetivas - 1º Processo Seletivo de Estagiários de 2021 - Pós-Graduação em Direito](#) / [Visualização prévia](#)

Você pode visualizar este teste, mas se isto fosse uma tentativa real, você seria bloqueado porque:

Atualmente este questionário não está disponível.

Questão **10**

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

As causas de extinção da punibilidade tratam do desaparecimento da pretensão punitiva ou executória do Estado, em razão de específicos obstáculos previstos em lei, por razões de política criminal. Sobre elas, assinale a alternativa falsa:

- a. O indulto extingue os efeitos primários da condenação (pretensão executória), mas não atinge os efeitos secundários, penais ou extrapenais.
- b. A abolitio criminis constitui uma situação de lei penal posterior mais benigna, que deve alcançar, inclusive, fatos definitivamente julgados, ainda que em fase de execução.
- c. Em caso de morte do agente, extingue-se a punibilidade, não podendo a pena alcançar os herdeiros do agente, salvo quanto à obrigação de reparação de dano, no limite do patrimônio herdado.
- d. As causas extintivas da punibilidade relacionadas no artigo 107 do Código Penal Brasileiro são exemplificativas, podendo serem encontradas diversas outras, tanto no mesmo ordenamento jurídico, como na legislação especial esparsa.
- e. A anistia, causa de extinção da punibilidade, consiste em ato de clemência cuja concessão cabe ao presidente da República, por meio de decreto, inaplicável a crimes hediondos, tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e terrorismo.



Questão 11

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

Sobre a prescrição no direito penal, assinale o item falso:

- a. São reduzidos de metade os prazos de prescrição quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de 21 (vinte e um) anos, ou, na data da sentença, maior de 70 (setenta) anos. Assim, de acordo com o STJ, a redução do prazo prescricional à metade, com base no art. 115 do Código Penal, aplica-se aos réus que atingirem a idade de 70 anos até a primeira condenação, tenha ela se dado na sentença ou no acórdão.
- b. Os crime de racismo, cometidos por grupos armados contra o Estado e a tortura são imprescritíveis.
- c. O cálculo da prescrição da pretensão punitiva no concurso de crimes é feito isoladamente para cada um dos crimes praticados, desconsiderando-se o acréscimo decorrente do concurso formal ou material ou da continuidade delitiva.
- d. O STF e o STJ afirmam que é inadmissível a prescrição virtual em virtude da ausência de previsão legal para tal instituo.
- e. Tratando-se de crimes continuados, a prescrição é regulada pela pena imposta na sentença, não se computando o acréscimo decorrente da continuação.



Questão 12

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

Sobre os crime contra a Administração Pública, assinale o item correto:

- a. O crime de concussão exige o resultado material, consumando-se com a percepção da vantagem indevida. Além disso, como o sujeito ativo é o funcionário público, não é possível a coautoria ou a participação de particular, por se tratar de crime próprio.
- b. Nos termos do art. 327, §2º do Código Penal, a pena será aumentada da terça parte quando os autores dos crimes contra a Administração Pública forem ocupantes de cargos em comissão ou de função de direção ou assessoramento de órgão da administração direta, sociedade de economia mista, empresa pública ou fundação instituída pelo poder público. Em razão do princípio da taxatividade, o STF tem afastado a aplicação de tal causa de aumento aos detentores de mandatos eletivos (agentes políticos).
- c. Para a configuração do crime de descaminho, é necessária a constituição definitiva do crédito tributário por processo administrativo-fiscal.
- d. Considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública. Assim, de acordo com o entendimento dos tribunais superiores, estagiários de órgãos públicos e diretor de Organização Social são considerados funcionários públicos para fins penais.
- e. De acordo com o STF, o crime de desacato não foi recepcionado pela Constituição Federal, pois, de acordo com a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, a previsão de tal crime no Ordenamento Jurídico representaria uma restrição indevida à liberdade de expressão e funcionaria como limitação ao controle dos agentes públicos, que naturalmente devem se submeter a um maior crivo crítico.

Questão 13

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

Sobre os crime contra a ordem tributária e tortura, assinale o item falso:

- a. No crime de tortura em que a pessoa presa ou sujeita a medida de segurança é submetida a sofrimento físico ou mental, por intermédio da prática de ato não previsto em lei ou não resultante de medida legal, não é exigido, para seu aperfeiçoamento, especial fim de agir por parte do agente.
- b. A condenação pelo crime de tortura acarretará, após o trânsito em julgado, a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada. Trata-se de efeito automático da condenação, que independe de motivação explícita na sentença.
- c. A empresa ABCD Ltda. recebeu auto de infração no valor de R\$ 300 mil reais, no qual, além de ser cobrado o valor do imposto devido e juros, também foi aplicada multa, em razão de ter a fiscalização fazendária apurado que a empresa prestou informações falsas ao Fisco com a finalidade de reduzir o valor do tributo devido. Da lavratura do auto de infração, o Auditor Fiscal remeteu Representação Fiscal para Fins Penais ao Ministério Público para que fossem tomadas as medidas no âmbito do direito penal. O membro do Ministério Público instaurou um PIC para apurar os fatos e obteve a informação por parte do Fisco que a empresa ABCD Ltda. recorreu administrativamente do auto de infração lavrado. Diante de tal situação, não estará tipificado o crime contra a ordem tributária, previsto no artigo 1º, I, da Lei nº 8.137/1990, antes do lançamento definitivo do tributo.
- d. Incide o princípio da insignificância aos crimes tributários federais e de descaminho quando o débito tributário verificado não ultrapassar o limite de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), a teor do disposto no art. 20 da Lei n. 10.522/2002, com as atualizações efetivadas pelas Portarias n. 75 e 130, ambas do Ministério da Fazenda. Contudo, em regra, não se aplica o princípio da insignificância para o agente que praticou descaminho se ficar demonstrada a sua reiteração criminosa.
- e. Delegado de polícia de determinada comarca do interior do estado tem ciência de que houve uma sessão de tortura no interior da delegacia, atos praticados por policiais que estavam de plantão na noite anterior e teria submetido um preso a violência física e moral. Mesmo tendo o dever legal para tanto, o delegado de polícia resolve não apurar os fatos. Dessa sorte, cometeu o crime de tortura por omissão, crime equiparado a hediondo.



◀ A PROVA OCORRERÁ NO HORÁRIO DE MANAUS DE: 13:00H ÀS 15:30H. É TERMINANTEMENTE PROIBIDO TENTAR ACESSAR A PROVA ANTES DO HORÁRIO E DATA PREVISTO EM EDITAL.

Seguir para...

Questões Subjetivas - 1º Processo Seletivo de Estagiários de 2021 - Pós-Graduação em Direito. ▶

[Painel](#) / [Cursos](#) / [PR-AM](#) / [1º Processo Seletivo de estagiários de 2021.](#) / [2325-663](#) / [Geral](#)

/ [Questões Objetivas - 1º Processo Seletivo de Estagiários de 2021 - Pós-Graduação em Direito.](#) / [Visualização prévia](#)

Você pode visualizar este teste, mas se isto fosse uma tentativa real, você seria bloqueado porque:

Atualmente este questionário não está disponível.

Questão **14**

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

Sobre investigação criminal, assinale a alternativa falsa:

- a. A função institucional do controle externo da atividade policial que lhe é atribuída pela Constituição Federal não permite que o representante do Ministério Público, no inquérito policial, assuma a presidência do inquérito no lugar da autoridade policial.
- b. É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.
- c. É inviável anulação do processo penal por alegada irregularidade no inquérito, pois, segundo jurisprudência firmada no Supremo Tribunal Federal, as nulidades processuais concernem tão somente aos defeitos de ordem jurídica pelos quais afetados os atos praticados ao longo da ação penal condenatória, de sorte que as nulidades da fase do inquérito não contaminam a ação penal.
- d. O magistrado não pode requisitar o indiciamento em investigação criminal. Isso porque o indiciamento constitui atribuição exclusiva da autoridade policial. Contudo, deve-se levar em conta que o indiciamento não vincula o Ministério Público quando do oferecimento de eventual ação penal.
- e. A autoridade policial não poderá mandar arquivar autos de inquérito, salvo nas hipóteses de manifesta atipicidade da conduta criminosa.



Questão 15

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

Sobre ação penal, assinale o item falso:

- a. A denúncia contra Prefeito por crime ocorrido em licitação municipal deve indicar, ao menos minimamente, que o acusado tenha tido participação ou conhecimento dos fatos supostamente ilícitos. O Prefeito não pode ser incluído entre os acusados unicamente em razão da função pública que ocupa, sob pena de violação à responsabilidade penal subjetiva, na qual não se admite a responsabilidade presumida.
- b. No caso de morte do ofendido, a ordem preferencial para se exercer o direito de queixa, segundo o que dispõe o Código de Processo Penal, é cônjuge, ascendente, descendente e irmão.
- c. A denúncia deverá conter a exposição do fato criminoso com todas as suas circunstâncias, não podendo a agravante da reincidência ser reconhecida se não imputada na inicial acusatória.
- d. É concorrente a legitimidade do ofendido, mediante queixa, e do ministério público, condicionada à representação do ofendido, para a ação penal por crime contra a honra de servidor público em razão do exercício de suas funções.
- e. Em caso de norma penal em branco, a denúncia deverá explicitar qual é o complemento, sob pena de ser considerada inepta.



Questão 16

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

Assinale a alternativa correta:

- a. A utilização de papel moeda grosseiramente falsificado configura, em tese, o crime de estelionato, da competência da Justiça Federal.
- b. Em se tratando de cooperação internacional em que o Estado Brasileiro se compromete a promover o julgamento criminal de indivíduo cuja extradição é inviável em função de sua nacionalidade, exsurge o interesse da União, o que atrai a competência da Justiça Federal para o processamento e julgamento da ação penal, conforme preceitua o art. 109, III, da Constituição Federal.
- c. A competência para processar e julgar o crime de uso de documento falso é firmada em razão da qualificação do órgão expedidor do documento.
- d. Compete à Justiça Estadual processar e julgar os crimes consistentes em disponibilizar ou adquirir material pornográfico, acessível transnacionalmente, envolvendo criança ou adolescente, ainda quando praticados por meio da internet, o que não é suficiente para atrair a competência federal.
- e. A inobservância da competência penal por prevenção gera nulidade absoluta do processo.

Questão **17**

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

Acerca das nulidades no processo penal, assinale o item correto:

- a. Intimada a defesa da expedição da carta precatória, torna-se necessária também a intimação da data da audiência no juízo deprecado.
- b. É cabível no processo penal a citação por hora certa. Contudo, o ato citatório será nulo se o oficial de justiça deixa de consignar na certidão os horários em que realizou as diligências.
- c. No âmbito criminal, é vedado ao magistrado reconhecer de ofício a nulidade relativa sem que haja a devida provocação das partes nesse sentido.
- d. A ausência de intimação da expedição de carta precatória para a inquirição de testemunhas gera, segundo entendimento sumulado do STF, nulidade absoluta, por cerceamento de defesa e violação do devido processo legal.
- e. É válida citação por edital de réu preso na mesma unidade da federação em que o juiz exerce sua jurisdição.



◀ A PROVA OCORRERÁ NO HORÁRIO DE MANAUS DE: 13:00H ÀS 15:30H. É TERMINANTEMENTE PROIBIDO TENTAR ACESSAR A PROVA ANTES DO HORÁRIO E DATA PREVISTO EM EDITAL.

Seguir para...

Questões Subjetivas - 1º Processo Seletivo de Estagiários de 2021 - Pós-Graduação em Direito. ▶

[Painel](#) / [Cursos](#) / [PR-AM](#) / [1º Processo Seletivo de estagiários de 2021](#) / [2325-663](#) / [Geral](#)

/ [Questões Objetivas - 1º Processo Seletivo de Estagiários de 2021 - Pós-Graduação em Direito](#) / [Visualização prévia](#)

Você pode visualizar este teste, mas se isto fosse uma tentativa real, você seria bloqueado porque:

Atualmente este questionário não está disponível.

Questão **18**

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

Assinale a alternativa correta:

- a. Bens de uso comum do povo são os bens públicos que constituem o patrimônio disponível e alienável da pessoa jurídica de Direito Público, abrangendo tanto móveis quanto imóveis.
- b. Velará pelas fundações o Ministério Público do Estado onde situadas. Contudo, se estenderem a atividade por mais de um Estado, caberá o encargo ao Ministério Público Federal.
- c. De acordo com a "teoria do patrimônio mínimo", desenvolvida por Luiz Edson Fachin, deve-se assegurar à pessoa um mínimo de direitos patrimoniais, para que viva com dignidade. Tal teoria, contudo, não impede, em respeito à autonomia da vontade, a doação universal de bens, por exemplo.
- d. De acordo com o Código Civil, tornando-se ilícita, impossível ou inútil a finalidade a que visa a fundação, caberá ao Ministério Público, ou qualquer interessado, promover judicialmente a sua alteração finalística, no prazo de 180 dias.
- e. Os bens públicos, móveis ou imóveis, não estão sujeitos a usucapião, eis que há a imprescritibilidade das pretensões a eles referentes.



Questão **19**

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

Assinale a alternativa falsa:

- a. Se ambas as partes procederem com dolo, nenhuma pode alegá-lo para anular o negócio, ou reclamar indenização.
- b. O termo inicial do prazo de prescrição para o ajuizamento da ação de indenização por danos decorrentes de crime (ação civil ex delicto) é a data do trânsito em julgado da sentença penal condenatória.
- c. O juiz não pode reconhecer de ofício a decadência convencional.
- d. Configura-se o estado de perigo quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.
- e. As partes podem alterar, de comum acordo, os prazos de prescrição, inclusive mediante renúncia expressa ou tácita.



◀ A PROVA OCORRERÁ NO HORÁRIO DE MANAUS DE: 13:00H ÀS 15:30H. É TERMINANTEMENTE PROIBIDO TENTAR ACESSAR A PROVA ANTES DO HORÁRIO E DATA PREVISTO EM EDITAL.

Seguir para...

Questões Subjetivas - 1º Processo Seletivo de Estagiários de 2021 - Pós-Graduação em Direito. ▶

[Painel](#) / [Cursos](#) / [PR-AM](#) / [1º Processo Seletivo de estagiários de 2021.](#) / [2325-663](#) / [Geral](#)

/ [Questões Objetivas - 1º Processo Seletivo de Estagiários de 2021 - Pós-Graduação em Direito.](#) / [Visualização prévia](#)

Você pode visualizar este teste, mas se isto fosse uma tentativa real, você seria bloqueado porque:

Atualmente este questionário não está disponível.

Questão **20**

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

Sobre as normas fundamentais e da aplicação das normas processuais, é INCORRETO afirmar:

- a. Há prestígio ao princípio da boa-fé.
- b. Não existe completo acolhimento dos princípios constitucionais da administração pública pela principiologia fundamental do processo civil.
- c. A paridade de armas, garantida às partes, não prescinde da garantia do regular contraditório.
- d. A aplicação imediata da regra processual nova respeita situações jurídicas consolidadas e o direito adquirido.
- e. Em regra, não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida.



Questão **21**

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

No que se refere às nulidades do processo civil:

- a. O dever de alegar a nulidade na primeira oportunidade de falar nos autos, sob pena de preclusão, também é uma proteção ao princípio da proteção da confiança.
- b. Na decisão sobre as nulidades, é possível aplicar o princípio da fungibilidade, se o juiz puder decidir o mérito a favor da parte a quem aproveite a decretação daquelas.
- c. Ao pronunciar a nulidade, o juiz declarará que atos são atingidos e ordenará as providências necessárias a fim de que sejam repetidos ou retificados.
- d. Contemplam a vedação ao *venire contra factum proprium*.
- e. Todas as alternativas estão corretas.

Questão **22**

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

Para a Lei de Ação Civil Pública:

- a. Não há aplicação de regras do Código de Defesa do Consumidor no regramento da defesa judicial coletiva dos interesses e direitos de vítimas;
regras do Código de Defesa do Consumidor no regramento da defesa judicial coletiva dos interesses e direitos de vítimas;
- b. O arquivamento do inquérito civil público é, em regra, feito em juízo;
- c. O Ministério Público está sujeito, no caso de comprovada má-fé, a condenação em honorários de advogado, custas e despesas processuais.
- d. Há rol de legitimados ativos, mas se reserva apenas a um órgão público a atribuição de presidir inquérito civil público;
- e. Há dever para qualquer cidadão informar ao Ministério Público, ministrando-lhe informações sobre fatos que constituam objeto da ação civil e indicando-lhe os elementos de convicção;

Questão **23**

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

Sobre os Recursos no Código de Processo Civil, é INCORRETO afirmar:

- a. Os prazos dos recursos são de 15 dias, salvo o de embargos de declaração;
- b. Foi mantido o recebimento da apelação com duplo efeito, suspensivo e devolutivo;
- c. As questões resolvidas na fase de conhecimento, se a decisão a seu respeito não comportar agravo de instrumento, não são cobertas pela preclusão e devem ser suscitadas em preliminar de apelação, eventualmente interposta contra a decisão final, ou nas contrarrazões.
- d. O recorrente poderá, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso; a desistência do recurso não impede a análise de questão cuja repercussão geral já tenha sido reconhecida e daquela objeto de julgamento de recursos extraordinários ou especiais repetitivos.
- e. Nos embargos de declaração, é facultativa a intimação da parte embargada, ainda que o eventual acolhimento traga efeitos modificativos;

◀ A PROVA OCORRERÁ NO HORÁRIO DE MANAUS DE: 13:00H ÀS 15:30H. É TERMINANTEMENTE PROIBIDO TENTAR ACESSAR A PROVA ANTES DO HORÁRIO E DATA PREVISTO EM EDITAL.

Seguir para...

Questões Subjetivas - 1º Processo Seletivo de Estagiários de 2021 - Pós-Graduação em Direito. ►



[Painel](#) / [Cursos](#) / [PR-AM](#) / [1º Processo Seletivo de estagiários de 2021.](#) / [2325-663](#) / [Geral](#)

/ [Questões Objetivas - 1º Processo Seletivo de Estagiários de 2021 - Pós-Graduação em Direito.](#) / [Visualização prévia](#)

Você pode visualizar este teste, mas se isto fosse uma tentativa real, você seria bloqueado porque:

Atualmente este questionário não está disponível.

Questão **24**

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

Sobre os princípios do Direito Ambiental, assinale a alternativa incorreta:

- a. O princípio do usuário-pagador atribui ao usuário de recursos naturais o ônus de pagar contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos.
- b. O princípio da precaução exige que, em caso de ameaça de danos sérios ou irreversíveis, a ausência de absoluta certeza científica não seja utilizada como razão para postergar medidas eficazes e economicamente viáveis para prevenir a degradação ambiental;
- c. O princípio do poluidor-pagador atribui ao poluidor o ônus de reparar o dano ambiental que advenha de sua conduta poluente, amparando-se na ideia de que é dado ao poluidor pagar para poluir;
- d. O princípio do desenvolvimento sustentável propugna pela ideia de dever ser almejada uma forma de desenvolvimento que satisfaça as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades, associando as ideias de desenvolvimento socialmente justo, economicamente viável e ecologicamente correto.
- e. O princípio da solidariedade intergeracional sinaliza o imperativo de, no uso atual de recursos naturais, serem levadas em conta as necessidades das gerações futuras de uso desses mesmos recursos, a fim de que não sejam os seres humanos futuros prejudicados por escassez provocada pela sobre-exploração do meio ambiente na atualidade;



Questão **25**

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

Sobre a Lei n. 6.938/1981, que traz a Política Nacional do Meio Ambiente, assina a alternativa incorreta.

- a. A Política Nacional do Meio Ambiente define meio ambiente como o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida humana em todas as suas formas, pautando-se, assim, numa perspectiva antropocêntrica do Direito Ambiental.
- b. O objetivo da Política Nacional do Meio Ambiente de viabilizar a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida visa a instrumentalizar condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana.
- c. O conceito de poluição, na Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, remete à degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população; criem condições adversas às atividades sociais e econômicas; afetem desfavoravelmente a biota; afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente; ou lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;
- d. Dentre os princípios regentes da Política Nacional do Meio Ambiente, encontra-se a educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.
- e. A Política Nacional do Meio Ambiente incorpora o princípio do desenvolvimento sustentável ao prever como objetivo a compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico;



◀ A PROVA OCORRERÁ NO HORÁRIO DE MANAUS DE: 13:00H ÀS 15:30H. É TERMINANTEMENTE PROIBIDO TENTAR ACESSAR A PROVA ANTES DO HORÁRIO E DATA PREVISTO EM EDITAL.

Seguir para...

Questões Subjetivas - 1º Processo Seletivo de Estagiários de 2021 - Pós-Graduação em Direito. ▶

[Painel](#) / [Cursos](#) / [PR-AM](#) / [1º Processo Seletivo de estagiários de 2021.](#) / [2325-663](#) / [Geral](#)

/ [Questões Objetivas - 1º Processo Seletivo de Estagiários de 2021 - Pós-Graduação em Direito.](#) / [Visualização prévia](#)

Você pode visualizar este teste, mas se isto fosse uma tentativa real, você seria bloqueado porque:

Atualmente este questionário não está disponível.

Questão **26**

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

Quanto aos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição da República Federativa do Brasil, assinale a alternativa incorreta:

- a. Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;
- b. É assegurado a todos o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder, mediante pagamento de taxas, quando previsto em lei;
- c. A lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem;
- d. ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.
- e. As provas obtidas por meios ilícitos são inadmissíveis no processo para fins de embasamento de acusações penais;



Questão 27

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

Segundo o texto da Constituição da República Federativa do Brasil,

- a. Compete à União e aos Estados Federados demarcar e proteger as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, bem como assegurar o respeito a todos os seus bens.
- b. Os títulos de domínio particular incidentes sobre terras indígenas são nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, mas o reconhecimento da nulidade pode ensejar indenização ao proprietário de boa-fé pela perda do domínio.
- c. As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se à sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto não exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.
- d. As terras indígenas são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas exercidos são imprescritíveis.
- e. Ao Congresso Nacional é permitido autorizar o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais em terras indígenas, ficando assegurada aos indígenas a participação nos resultados da lavra, enquanto não promulgada lei regulamentando a questão.



Questão 28

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil:

- a. É assegurada a irredutibilidade do valor dos benefícios da seguridade social, excetuadas situações de grave crise econômica e risco fiscal, mediante autorização do Congresso Nacional por meio de Decreto Legislativo, limitada a redução possível a 10% do valor nominal de cada benefício.
- b. Não há uniformidade de benefícios entre populações urbanas e rurais, devido às especificidades do trabalho rural, de modo a haver benefícios particularmente destinados a esse público.
- c. A universalidade de cobertura e atendimento é um objetivo da seguridade social.
- d. A seguridade social é financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, recebendo aportes de recursos, por exemplo, de União, Estados e Distrito Federal, mas não de Municípios, já que isentos do custeio da seguridade por disposição constitucional.
- e. A seguridade social destina-se a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência, à assistência social e ao trabalho.

◀ A PROVA OCORRERÁ NO HORÁRIO DE MANAUS DE: 13:00H ÀS 15:30H. É TERMINANTEMENTE PROIBIDO TENTAR ACESSAR A PROVA ANTES DO HORÁRIO E DATA PREVISTO EM EDITAL.

Seguir para...

Questões Subjetivas - 1º Processo Seletivo de Estagiários de 2021 - Pós-Graduação em Direito. ▶

[Painel](#) / [Cursos](#) / [PR-AM](#) / [1º Processo Seletivo de estagiários de 2021.](#) / [2325-663](#) / [Geral](#)

/ [Questões Objetivas - 1º Processo Seletivo de Estagiários de 2021 - Pós-Graduação em Direito.](#) / [Visualização prévia](#)

Você pode visualizar este teste, mas se isto fosse uma tentativa real, você seria bloqueado porque:

Atualmente este questionário não está disponível.

Questão **29**

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

Sobre os princípios constitucionais da Ordem Econômica, assinale a alternativa CORRETA:

- a. Segundo o STF empresas não podem terceirizar sua atividade-fim, pois isso ofende o princípio da valorização do trabalho humano previsto no art. 170 da Constituição da República de 1988.
- b. Segundo o STF, o princípio da Livre Iniciativa, tal qual prevista no art. 170 da Constituição da República de 1988, veda que haja limitação legal a produção e venda de veículos automotores a Pessoas Com Deficiência.
- c. Segundo o STF, o princípio da Livre Iniciativa deve ter leitura sistemática com outros direitos constitucionalmente garantidos, inclusive em relação a Ordem Econômica, como a valorização do trabalho humano e, por isso, é possível edição de Medida Provisória que obrigue a conservação de vínculos de trabalho em razão da pandemia de Covid-19.
- d. Segundo o STF, na atuação do Estado sobre domínio econômico, a política de fixação de preços constitui uma limitação de lucros, razão pela qual a indenizabilidade de eventual dano atinge todo o prejuízo verificado, mediante perícia, a segmentos empresariais afetados por normas desse tipo.
- e. Segundo o STF é constitucional restringir atividade de transporte privado individual por motorista cadastrado em aplicativo.



Questão **30**

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

Sobre Direito do Consumidor, assinale a alternativa INCORRETA:

- a. A ausência de informação relativa ao preço de determinado produto pode caracterizar propaganda enganosa.
- b. Dano ao consumidor verificado em relação a cargas e mercadorias em transporte aéreo internacional não se submetem plenamente ao Código de Defesa do Consumidor, conquanto deva ser verificada as limitações constantes em tratados internacionais firmados pelo Estado Brasileiro.
- c. A publicidade de produtos alimentícios dirigida ao pública infantil é sempre abusiva.
- d. É prática comercial abusiva e propaganda enganosa o lançamento de dois modelos diferentes para o mesmo automóvel, no mesmo ano, ambos anunciados como novo modelo para o próximo ano.
- e. Segundo o STJ a matriz de posto de gasolina que veicula propaganda enganosa ou abusiva não pode ser condenada a realização de contrapropaganda por suas filiais.



◀ A PROVA OCORRERÁ NO HORÁRIO DE MANAUS DE: 13:00H ÀS 15:30H. É TERMINANTEMENTE PROIBIDO TENTAR ACESSAR A PROVA ANTES DO HORÁRIO E DATA PREVISTO EM EDITAL.

Seguir para...

Questões Subjetivas - 1º Processo Seletivo de Estagiários de 2021 - Pós-Graduação em Direito. ▶

[Painel](#) / [Cursos](#) / [PR-AM](#) / [1º Processo Seletivo de estagiários de 2021](#) / [2325-663](#) / [Geral](#)

/ [Questões Objetivas - 1º Processo Seletivo de Estagiários de 2021 - Pós-Graduação em Direito](#) / [Visualização prévia](#)

Você pode visualizar este teste, mas se isto fosse uma tentativa real, você seria bloqueado porque:

Atualmente este questionário não está disponível.

Questão **31**

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:

- a. A inelegibilidade reflexa aplica-se ao cônjuge e aos parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, dos chefes do Poder Executivo ou de seus substitutos nos seis meses anteriores ao pleito. Trata-se de causa de inelegibilidade restrita ao território de jurisdição do titular do mandato, e que não se aplica aos cônjuges e parentes que já exerçam mandato eletivo e pretendam se candidatar à reeleição.
- b. Denomina-se inelegibilidade o impedimento ao exercício da capacidade eleitoral passiva do cidadão. Classificam-se como absolutas as inelegibilidades que impedem a candidatura para qualquer cargo eletivo, e como relativas aquelas que obstam a postulação a cargos específicos.
- c. A causas de inelegibilidade não se confundem com as condições de elegibilidade. Entretanto, ambas dizem respeito à capacidade eleitoral passiva do cidadão, e suas hipóteses podem ser ampliadas mediante emenda constitucional, lei complementar ou lei ordinária.
- d. As arguições judiciais de inelegibilidade devem ser apresentadas perante os Tribunais Regionais Eleitorais quando se tratar de candidato a Senador, Governador, Deputado Federal, Deputado Estadual e Deputado Distrital, e perante os Juízes Eleitorais quando se tratar de candidato a Prefeito e Vereador.
- e. João da Floresta foi condenado pela prática do crime do art. 50-A da Lei nº 9.605-98, e sua condenação foi confirmada pelo Tribunal Regional Federal em 2020, mas ainda não transitou em julgado. Por esse motivo, João da Floresta está inelegível para qualquer cargo eletivo e, caso decida se candidatar nas eleições de 2022, seu registro de candidatura poderá ser impugnado pelo Ministério Público Eleitoral.



Questão 32

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:

- a. Pratica crime eleitoral o candidato que, em sua propaganda, utiliza símbolos, frases ou imagens associadas ou semelhantes às empregadas por órgão de governo, empresa pública ou sociedade de economia mista. Trata-se de crime de ação penal pública, mas, em caso de inércia do Ministério Público Eleitoral, admite-se o oferecimento de ação penal privada subsidiária da pública.
- b. A Justiça Eleitoral é composta pelo Tribunal Superior Eleitoral e pelos Tribunais Regionais Eleitorais, Juízes Eleitorais e Juntas Eleitorais. Trata-se de uma Justiça Especializada cuja competência e organização devem ser previstas em Lei Complementar.
- c. O Ministério Público Eleitoral não possui estrutura própria, e é composto pelo Procurador-Geral Eleitoral, por Procuradores Regionais Eleitorais e Promotores Eleitorais. Os Procuradores Regionais Eleitorais serão sempre membros do Ministério Público Federal, e atuarão perante os Tribunais Regionais Eleitorais. Já os Promotores Eleitorais serão sempre oriundos do Ministério Público Estadual, e atuarão perante os Juízes Eleitorais.
- d. A legislação eleitoral prevê que, nas eleições proporcionais, cada partido ou coligação deve preencher o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo. A exigência ficou conhecida como "cota de gênero na política", por se tratar de medida que busca ampliar a representatividade feminina. Assim, o registro de candidatura feminina realizado exclusivamente para o preenchimento do percentual mínimo, por candidata que não se propõe a efetivamente disputar a eleição, configura o crime de falsidade ideológica eleitoral.
- e. Compete aos Juízes Eleitorais processar e julgar os crimes eleitorais previstos pelo Código Eleitoral e pela legislação esparsa. Quando se verificar a prática de crime comum conexo a crime eleitoral, não haverá julgamento conjunto, cabendo à Justiça comum, federal ou estadual, processar e julgar o crime comum.



◀ A PROVA OCORRERÁ NO HORÁRIO DE MANAUS DE: 13:00H ÀS 15:30H. É TERMINANTEMENTE PROIBIDO TENTAR ACESSAR A PROVA ANTES DO HORÁRIO E DATA PREVISTO EM EDITAL.

Seguir para...

Questões Subjetivas - 1º Processo Seletivo de Estagiários de 2021 - Pós-Graduação em Direito. ▶

[Painel](#) / [Cursos](#) / [PR-AM](#) / [1º Processo Seletivo de estagiários de 2021](#) / [2325-663](#) / [Geral](#)

/ [Questões Objetivas - 1º Processo Seletivo de Estagiários de 2021 - Pós-Graduação em Direito](#) / [Visualização prévia](#)

Você pode visualizar este teste, mas se isto fosse uma tentativa real, você seria bloqueado porque:

Atualmente este questionário não está disponível.

Questão **33**

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

Assinale a alternativa INCORRETA:

- a. Segundo entendimento consolidado do STJ as sanções em diferentes esferas (cíveis e administrativas), são comunicáveis.
- b. A demissão em Processo Administrativo Disciplinar afeta a continuidade do pedido de perda da função pública em Ação de Improbidade Administrativa, por perda do objeto.
- c. A sanção de perda da função pública deve se limitar aos casos de maior gravidade, de acordo com o trinômio dano causado, intenção do agente e proveito proporcionado e obtido.
- d. A sanção de perda de direito políticos no decurso de Ação de Improbidade Administrativa implica inelegibilidade posterior, a ser declarada mediante procedimento específico perante da Justiça Eleitoral.
- e. Segundo entendimento consolidado do STJ, as penalidades previstas na Lei nº 8.429/92 não permitem interpretação extensiva.



Questão **34**

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

Assinale a alternativa CORRETA:

- a. Segundo o STJ a aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa tem caráter autônomo.
- b. A aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa devem ser feitas de maneira isolada.
- c. A aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa deve ser feitas de maneira cumulativa.
- d. Nenhuma das anteriores.
- e. Segundo o STJ, não é possível a aplicação das sanções da Lei de Improbidade Administrativa aos membros do Ministério Público.

Questão **35**

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

Assinale a alternativa CORRETA:

- a. Nenhuma das anteriores.
- b. Segundo tese firmada em Repercussão Geral perante o STF, é imprescritível a pretensão de ressarcimento ao erário fundada em decisão de Tribunal de Contas.
- c. A pretensão de ressarcimento por atos de improbidade administrativa que foram praticados antes da edição da Lei nº 8.429/92 se submetem ao prazo da ação de reparação de danos à Fazenda Pública decorrente de ilícito civil.
- d. São imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário com base na prática de ato de improbidade administrativa tipificado na Lei de Improbidade Administrativa.
- e. Há sempre diferença no tratamento da prescritibilidade da pretensão de ressarcimento em relação a atos ilícitos que configurem improbidade administrativa quando eles são praticados com dolo ou com culpa.



◀ A PROVA OCORRERÁ NO HORÁRIO DE MANAUS DE: 13:00H ÀS 15:30H. É TERMINANTEMENTE PROIBIDO TENTAR ACESSAR A PROVA ANTES DO HORÁRIO E DATA PREVISTO EM EDITAL.

Seguir para...

Questões Subjetivas - 1º Processo Seletivo de Estagiários de 2021 - Pós-Graduação em Direito. ▶

Questão 1

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 4, considere o texto abaixo.

1. Tenho um sonho que, acho, nunca realizarei: gostaria de ter um restaurante. Mais precisamente: gostaria de ser um cozinheiro. As cozinhas são lugares que me fascinam, mágicos: ali se prepara o prazer. O cozinheiro deve ser psicólogo, conhecedor dos segredos da alma e do corpo. Mas não sei cozinhar. Acho que devido a isso que escrevo. Escrevo como quem cozinha.
2. A relação entre cozinhar e escrever tem sido frequentemente reconhecida pelos escritores. É a própria etimologia que revela a origem comum de cozinheiros e escritores. Nas suas origens, sabor e saber são a mesma coisa. O verbo latino "sapare" significa, a um só tempo, tanto saber quanto ter sabor. Os mais velhos haverão de se lembrar que, num português que não se fala mais, usava-se dizer de uma comida que ela "sabia bem".
3. Suponho que Roland Barthes também tivesse uma secreta inveja dos cozinheiros. Se assim não fosse, como explicar a espantosa revelação com que termina um dos seus mais belos textos, A lição? Confessa que havia chegado para ele o momento do esquecimento de todos os saberes sedimentados pela tradição e que agora o que lhe interessava era "o máximo possível de sabor". Ele queria escrever como quem cozinha – tomava os cozinheiros como seus mestres.
4. A leitura tem de ser uma experiência de felicidade. Por isso que Jorge Luis Borges aconselhou aos seus estudantes que só lessem o que fosse prazeroso: "Se os textos lhes agradam, ótimo. Caso contrário, não continuem, pois a leitura obrigatória é uma coisa tão absurda quanto a felicidade obrigatória".
5. Esta é a razão por que eu gostaria de ser cozinheiro. É mais fácil criar felicidade pela comida que pela palavra... Os pratos de sua especialidade, os cozinheiros os sabem de cor. Basta repetir o que já foi feito. Mas é justamente isso que está proibido ao escritor. O escritor é um cozinheiro que a cada semana tem de inventar um prato novo. Cada semana que começa é uma angústia, representada pelo vazio de folhas de papel em branco que me comandam: "Escreva aqui uma coisa nova que dê prazer!" Escrever é um sofrimento. A cada semana sinto uma enorme tentação de parar de escrever. Para sofrer menos.

(Adaptado de: ALVES, Rubem. "Escritores e cozinheiros". O retorno e terno. Campinas: Papyrus, 1995, p. 155-158)

1. Ao escrever os comentários livres do texto, foi observado o respeito à norma-padrão da língua em:

- a. É comum que a produção de textos criativos sejam comparados à atividade de cozinhar.
- b. Causam angústia aqueles que escrevem profissionalmente a obrigação de produzir textos originais em curtos intervalos de tempo.
- c. A quem considere as cozinhas lugares fascinantes, onde os cozinheiros se põem à adivinhar o que desejam os clientes.
- d. O escritor, assim como o cozinheiro, deve refletir a respeito das sensações que seu texto poderá causar àquele que o lê.
- e. Muitas vezes, a obrigação de agradar o leitor, faz com que o escritor recorra às técnicas de escrita.

Questão 2

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

De acordo com o texto, assinale a alternativa correta:

- a. O autor almeja dedicar-se com exclusividade à cozinha, embora alegue não estar inclinado a deixar a atividade profissional de escritor.
- b. Em linguagem coloquial, diz-se, de uma comida bem preparada, que ela "sabe bem".
- c. As palavras "sabor" e "saber" derivam, ambas, do verbo latino "sapare", o que sugere afinidade entre cozinheiros e escritores.
- d. Roland Barthes, desiludido com a profissão de escritor, exalta a simplicidade do ato de cozinhar.
- e. A atividade de cozinhar, ainda que não exercida profissionalmente, inspira escritores a cultivar a criatividade.



Questão 3

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

Considere os fragmentos em destaque:

....e que agora o que lhe interessava era "o máximo possível de sabor" (3º parágrafo)

....Se os textos lhes agradam, ótimo. (4º parágrafo)

....Os pratos de sua especialidade, os cozinheiros os sabem de cor (5º parágrafo)

Os termos sublinhados acima referem-se, respectivamente, a:

- a. Roland Barthes – estudantes – cozinheiros.
- b. Roland Barthes – textos – pratos.
- c. Sabor – estudantes – cozinheiros.
- d. Sabor – textos – cozinheiros.
- e. Roland Barthes – estudantes – pratos.

Questão 4

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

Considere o trecho do texto apresentado:

...Caso contrário, não continuem, pois a leitura obrigatória é uma coisa tão absurda quanto a felicidade obrigatória. (4º parágrafo)

O termo sublinhado acima introduz, no contexto, noção de:

- a. Explicação.
- b. Finalidade.
- c. Condição.
- d. Concessão.
- e. Consequência.



Questão 5

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

Análise as proposições e assinale (V) para as afirmativas VERDADEIRAS e (F) para as FALSAS.

I- () Demandam vocabulário específico.

II- () Utilizam linguagem oficial padrão.

III- () Exigem impessoalidade.

IV- () Devem ser formais.

Marque a opção que apresenta a sequência CORRETA.

- a. V – V – V – V.
- b. F – F – V – V.
- c. V – V – V – F.
- d. F – V – F – V.
- e. F – V – V – V.

◀ A PROVA OCORRERÁ NO HORÁRIO DE MANAUS DE: 13:00H ÀS 15:30H. É TERMINANTEMENTE PROIBIDO TENTAR ACESSAR A PROVA ANTES DO HORÁRIO E DATA PREVISTOS EM EDITAL.

Seguir para...

PROVA SUBJETIVA - COMUNICAÇÃO SOCIAL/JORNALISMO ▶

[Painel](#) / [Cursos](#) / [PR-AM](#) / [1º Processo Seletivo de estagiários de 2021](#) / [2325-85](#) / [Geral](#)

/ [PROVA OBJETIVA - COMUNICAÇÃO SOCIAL/JORNALISMO](#) / [Visualização prévia](#)

Você pode visualizar este teste, mas se isto fosse uma tentativa real, você seria bloqueado porque:

Atualmente este questionário não está disponível.

Questão **6**

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

Assinale a alternativa que apresenta orientação válida para o radiojornalismo:

- a. Deve-se repetir na sonora a informação do texto do locutor/apresentador para maior ênfase na mensagem.
- b. É inadequada a repetição de material editado durante a programação radiojornalística.
- c. Pelo critério ético, deve-se evitar a "limpeza" da sonora, deixando na edição final períodos de silêncio, tosses e outras imperfeições de falas.
- d. O tempo médio de uma sonora deve ser de 20 a 30 segundos, mas o editor deve considerar o poder de síntese do entrevistado.
- e. Não há diferenças importantes entre o texto jornalístico de rádio e de internet, podendo ser utilizada a mesma linguagem nas duas mídias.

Questão **7**

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

Sobre o conceito de ética marque a alternativa que NÃO representa uma alternativa correta.

- a. Ética é a ciência normativa dos comportamentos humanos, sendo definida através de leis específicas.
- b. Todos os grupos e sociedades possuem um único código de ética.
- c. A ética é construída por uma sociedade com base nos valores históricos e culturais.
- d. Ao conviver em sociedade, o homem percebeu a necessidade de regras que regulamentassem esse convívio: a ética.
- e. Ética é o julgamento da validade das morais.

Questão 8

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

O texto jornalístico segue normas universais. Em qualquer veículo impresso ou eletrônico, o redator deve ser claro, conciso, direto, preciso, simples e objetivo. O que diferencia o texto do rádio em relação aos veículos da imprensa escrita é a instantaneidade. O ouvinte só tem uma chance para entender o que está sendo dito. Lembre-se de que a mensagem no rádio se “dissolve” no momento em que é levada ao ar. (BARBEIRO, Heródoto; LIMA, Paulo Rodolfo; Manual de radiojornalismo: produção, ética e internet. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003) A conquista do ouvinte se dá através de um texto elaborado com o uso da linguagem mais coloquial. Para isso, deve-se seguir algumas recomendações, sendo uma EXCEÇÃO.

- a. O cuidado com encontros silábicos que criam cacófatos.
- b. A criação de uma sequência lógica com sujeito, verbo e predicado.
- c. A dispensa de se iniciar o texto radiofônico pelo lead.
- d. A atenção especial à pontuação do texto.
- e. Evitar os gerúndios, pois deixam as frases longas e enfraquecem o texto.



Questão 9

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

A notícia é um relato altamente selecionado da realidade. Essa seleção ocorre não só quanto ao tipo de acontecimentos noticiados, mas quanto aos aspectos deles escolhidos para comporem o relato. Afinal, os fatos são um complexo de ações de difícil delimitação e para fazê-lo, é preciso selecionar. Depois de delimitado o fato jornalístico, ainda se escolhem os aspectos que serão realçados na construção do texto e nas chamadas.

Analise as assertivas a seguir:

- I. Através da seleção, o jornalismo anuncia à sociedade “o que importa saber”, dizendo o que deve ser conhecido. Dessa forma, colabora fortemente para construir a realidade social.
- II. Os valores notícia representam apenas um dos grupos de critérios que compõem a noticiabilidade e estão profundamente enraizados na cultura jornalística.
- III. Apesar da existência de um grupo de características que historicamente se repetem, os valores que fazem um fato virar notícia variam de acordo com a cultura, a economia, o sistema político e as características de cada região.

É correto o que se afirma em:

- a. I, apenas.
- b. II, apenas.
- c. III, apenas.
- d. I e III, apenas.
- e. I, II e III.

Questão 10

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

Analise o texto abaixo.

O Ministério Público Federal (MPF) acionou a Justiça Federal para que determine à União o depósito de R\$ 1 milhão a fim de viabilizar a aquisição de diversos medicamentos cuja responsabilidade pela compra é do Ministério da Saúde. O objetivo é que o estado de Sergipe adquira os produtos e distribua aos pacientes cadastrados no Centro de Atenção à Saúde de Sergipe (Case), mediante prestação de contas. O requerimento foi protocolado na última terça-feira (6).

Marque a opção na qual há indicação correta das perguntas da técnica pirâmide invertida respondidas pelo lead da matéria acima, na ordem em que foram respondidas pelo texto:

- a. Quem, o quê, por que, onde, quando.
- b. O quê, quem, quando, como.
- c. Por que, o quê, quando, onde, quem.
- d. Quando, onde, por que, quem, onde.
- e. Onde, quando, o que, por que, quem.



Questão 11

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

Todo estudante de jornalismo já deve ter ouvido falar que o rádio será o primeiro veículo de comunicação a transmitir o fim do mundo. A afirmativa tem décadas, mas ninguém ousa dizer o contrário. Apesar de ter surgido há mais de cem anos, ele continua atual e nada supera sua velocidade.

Nem mesmo a internet. Tanto que a própria web foi invadida por milhares de rádios online, transmitindo música e notícias a todo o planeta.

Quem se aventura a guiá-lo precisa entender que as imagens do rádio são criadas na mente de cada ouvinte pelo locutor. E, para isso, o profissional deve dominar recursos de fala, texto, música, efeitos, e vinhetas sonoras. Na prática, os ouvintes de rádio veem por intermédio das palavras.

Abaixo são feitas afirmativas sobre o texto em radiojornalismo:

- I. Recomenda-se sempre o emprego de palavras e expressões abstratas, como "mau tempo".
- II. É dispensável a releitura do texto para observar ritmo e fluência.
- III. Deve-se escrever apenas uma ideia em cada sentença e evitar longas citações.
- IV. O texto deve estar preferencialmente na ordem direta: sujeito, verbo e predicado.

Marque a opção que representa a resposta correta:

- a. São verdadeiras apenas as afirmativas II e III.
- b. São verdadeiras apenas as afirmativas I e IV.
- c. São verdadeiras apenas as afirmativas I, II e III.
- d. São verdadeiras apenas as afirmativas II, III e IV.
- e. São verdadeiras apenas as afirmativas III e IV.

Questão **12**

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

Um gênero jornalístico caracterizado pelo aprofundamento da notícia, com maior rigor na apuração de dados, na consulta às fontes, no planejamento e na redação do texto. Por se debruçar com mais tempo sobre pautas mais frias, esse mesmo gênero conta com uma variedade maior de recursos editoriais e explora a humanização da narrativa, podendo, inclusive, quebrar a ordem linear da construção jornalística tradicional.

Assinale a alternativa que indica corretamente o nome do gênero jornalístico descrito acima:

- a. Entrevista.
- b. Nota.
- c. Coluna de opinião.
- d. Reportagem.
- e. Artigo.

Questão **13**

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

O repórter de um jornal entrevista o diretor de uma empresa para uma matéria. Na redação do texto, ele pode intervir na fala do entrevistado de diferentes maneiras, EXCETO ao:

- a. Descrever o tom de voz e as expressões faciais da fonte.
- b. Determinar a ordem em que as informações serão redigidas.
- c. Escolher o verbo de enunciação que vai acompanhar a fala.
- d. Optar pela reprodução de alguns trechos da entrevista.
- e. Adaptar o teor das respostas à posição do repórter.

Questão 14

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

Responder a todas as perguntas na abertura de uma matéria é um desserviço ao leitor. Pensa-se que ele não possui tempo para ler jornais. Até parece uma afirmação acertada. Mas será mesmo? Ou será que os textos jornalísticos (salvo o brilho de poucos mestres) são frios, imprecisos, burramente objetivos e o leitor já se acostumou com essa estética técnica e industrial? Ora, o jornalismo se nutre da vida e história humana, portanto sua narrativa não deveria desumanizar as personagens das suas tramas de não ficção. O excesso da objetividade aborta a humanidade de um texto. (LOBO, T. Sobre o papel social do jornalismo. Observatório da Imprensa. Disponível em:

>http://observatoriodaimprensa.com.br/news/view_ed743_sobre_o_papel_social_do_jornalismo>) Sobre a função da objetividade na imprensa, é correto afirmar:

- a. A objetividade no jornalismo moderno impõe ao jornalista a necessidade de desconfiar dos fatos e criar um método que assegure algum rigor científico para reportá-los.
- b. O verdadeiro significado da objetividade está ligado à ideia de que os fatos são construídos de forma tão simples que é impossível vê-los como expressão absoluta da realidade.
- c. A objetividade surge para negar que a subjetividade existe em vez de reconhecer ser impossível deixar marcas subjetivas em um texto jornalístico.
- d. A objetividade obtida por meio da técnica da pirâmide invertida garante um jornalismo totalmente isento, imparcial e livre de opiniões.
- e. Desde os primeiros relatos de criação da imprensa a objetividade já tinha função garantida no exercício do jornalismo, pois não há nem nunca houve jornalismo sem objetividade.



Questão 15

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

Analise as afirmativas abaixo acerca dos tipos de enquadramento em fotografia jornalística:

I – Close é o plano de enquadramento que aproxima o objeto ou pessoa que se quer destacar;

II – Plano geral serve para identificar o local onde acontece o fato;

III – Plano médio é um pouco mais fechado e permite destacar um objeto ou pessoa em primeiro plano na cena.

- a. As afirmativas II e III estão corretas e a afirmativa I está incorreta.
- b. As três afirmativas estão corretas.
- c. As afirmativas I e II estão corretas e a III está incorreta.
- d. As três afirmativas estão incorretas.
- e. As afirmativas I e III estão corretas e a II está incorreta.

◀ A PROVA OCORRERÁ NO HORÁRIO DE MANAUS DE: 13:00H ÀS 15:30H. É TERMINANTEMENTE PROIBIDO TENTAR ACESSAR A PROVA ANTES DO HORÁRIO E DATA PREVISTOS EM EDITAL.

Seguir para...



[Painel](#) / [Cursos](#) / [PR-AM](#) / [1º Processo Seletivo de estagiários de 2021](#) / [2325-85](#) / [Geral](#)

/ [PROVA OBJETIVA - COMUNICAÇÃO SOCIAL/JORNALISMO](#) / [Visualização prévia](#)

Você pode visualizar este teste, mas se isto fosse uma tentativa real, você seria bloqueado porque:

Atualmente este questionário não está disponível.

Questão **16**

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

Julgue as afirmativas a seguir como verdadeiras (V) ou falsas (F).

() O clipping é a matéria-prima do acompanhamento estratégico da imagem da instituição na mídia, servindo ainda como instrumento de medição do trabalho em assessoria de imprensa.

() A coletiva de imprensa é um instrumento de comunicação institucional cujo objetivo principal é economizar tempo do assessorado, permitindo que atenda vários veículos de mídia em um só lugar e ao mesmo tempo.

() Os termos release, comunicado e nota oficial são utilizados comumente para designar o mesmo tipo de documento. A nota oficial, contudo, se caracteriza, especificamente, por ser empregada para divulgar assuntos ainda inéditos para a imprensa.

Assinale a alternativa que corresponde à ordem correta de julgamentos das assertivas acima:

a. F, F, V.

b. V, F, V.

c. V, F, F.

d. V, V, V.

e. F, F, F.



Questão 17

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

Analise o texto a seguir, divulgado por uma assessoria de imprensa:

Principal instituição financeira privada do Rio Grande do Sul, o Banco Gaúcho de Investimentos (BGI) comunica aos seus clientes e ao público em geral que, apesar da paralisação em parte de suas agências, estão garantidos os rendimentos de todas as aplicações financeiras e a isenção de multas com juros na prestação de serviços diversos.

[...]

A diretoria do Banco Gaúcho de Investimentos pretende, assim, honrar sua tradição de 55 anos a serviço da comunidade em 130 municípios do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, sempre contribuindo para o desenvolvimento regional e nacional.

Pelas características textuais apresentadas e formato de redação, o texto acima se trata de:

- a. Um press-release.
- b. Uma convocação de coletiva.
- c. Um pedido de resposta oficial.
- d. Uma nota oficial.
- e. Um edital de citação.



Questão 18

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

Assessoria de imprensa não garante totalmente que qualquer instituição ou pessoa física aparecerá nos veículos de comunicação. Isso acontece porque a assessoria não compra espaços nos veículos de imprensa; essa é uma função da publicidade. A assessoria de imprensa conquista o espaço na mídia, sem envolver pagamentos. Este alcance é muito mais influente e de mais credibilidade para o público e, portanto, pode trazer melhores resultados à imagem do assessorado.

Para transformar um assunto potencialmente importante em matéria capaz de ser veiculada pelos meios de comunicação, a assessoria deve encaminhar para a mídia um (a):

- a. Texto com características jornalísticas, contendo informações resultantes da apuração de fatos e informações reais de interesse da empresa.
- b. Conjunto de informações com as quais se resolve um determinado problema de marketing do público atendido pela instituição.
- c. Frase enfática capaz de resumir o conceito do serviço ou a essência da própria instituição.
- d. Mensagem de venda com informações que ressaltem a qualidade de um determinado produto ou serviço.
- e. Peça gráfica utilizada para atingir o público-alvo na residência ou no local de trabalho, informando as novidades da instituição.



Questão 19

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

As diferentes plataformas de redes sociais possuem linguagens próprias e características peculiares do público que as frequenta. Todas essas informações devem ser conhecidas e utilizadas estrategicamente pelas empresas e instituições no cenário atual para que os objetivos de comunicação sejam plenamente atingidos.

Em relação às características, linguagens e utilizações das plataformas de mídias sociais mais fortes atualmente, é correto afirmar:

- a. Por suas características, o Twitter é a ferramenta mais adequada para divulgação de campanhas institucionais que exploram peças gráficas e vídeos e são destinadas a públicos mais jovens.
- b. O Instagram vem sendo largamente utilizado por empresas e instituições públicas para fortalecer a humanização da identidade de marca e criar laços de comunidade e proximidade com os públicos.
- c. Canais com conteúdo meramente factual e noticioso são os principais atrativos do YouTube enquanto plataforma de mídia social.
- d. O WhatsApp tem se consolidado como uma ferramenta de comunicação em massa, que pode substituir o Facebook em pouco tempo em razão das vantagens do primeiro sobre o segundo.
- e. Por ser uma rede social mais voltada ao texto, o Facebook não deve ser utilizado para divulgação de vídeos e fotos, pois o público lá presente não interage com esse tipo de publicações.



Questão 20

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

Gill e Adams (1998) sustentam que a comunicação perpassa pelas mais diversas esferas da vida em sociedade, envolvendo, portanto, muito mais que apenas informações "duras". Não há coesão social sem a comunicação, uma vez que dela dependem as relações que sustentam a complexidade da sociedade. Nesse sentido, a comunicação deve ser entendida como um processo.

Analise as assertivas a seguir:

- I. A comunicação não tem princípio nem fim bem definidos.
- II. O receptor nunca percebe as configurações globais do contexto em que se comunica.
- III. A comunicação é um fenômeno contínuo que apresenta mudanças no tempo.
- IV. O processo de comunicação não sofre influência de fatores como a significação.

É correto apenas o que se afirma sobre a comunicação como processo em:

- a. I, apenas.
- b. I, II e III, apenas.
- c. I e III, apenas.
- d. I, III e IV, apenas.
- e. I, II, III e IV.



Questão **21**

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

As organizações em geral, como fontes emissoras de informações para seus mais diversos públicos, não devem ter a ilusão de que todos os seus atos comunicativos causam os efeitos positivos desejados ou são automaticamente respondidos e aceitos da forma como foram intencionados. [...] Daí a necessidade de ultrapassarmos a visão meramente mecanicista da comunicação para outra mais interpretativa e crítica. (KUNSCH, M. M. K. Planejamento Integrado de Relações Públicas. Cap. 2).

Há muitos motivos que levam uma empresa ou uma instituição a contratar uma Assessoria de Comunicação. Entre eles pode-se apontar:

I. O fortalecimento da inteligência emocional do assessorado, buscando a criação de uma massa pouco crítica a partir do que é divulgado na mídia para evitar, a qualquer custo, a publicação de informações críticas à imagem da empresa ou instituição.

II. A preparação de porta-vozes para concessão de entrevistas, condução de reuniões com público interno e outros stakeholders de forma a utilizar estratégias capazes de antever possíveis crises e, caso ocorram, conter seus efeitos negativos com agilidade e eficiência.

III. A atuação exclusivamente reativa, esperando os fatos ocorrerem para buscar a reparação de danos já causados por problemas ou crises, sejam elas previsíveis ou não.

IV. Os ganhos a curto, médio e longo prazo, decorrentes da elaboração e condução de planejamento estratégico de comunicação, pensado a partir das necessidades da empresa ou instituição e implementado de acordo com as características dos públicos.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a. II e IV.
- b. I e II.
- c. III.
- d. I e IV.
- e. III e IV.



Questão **22**

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

A chefia do Ministério Público Federal precisa divulgar com urgência uma informação relevante para a sociedade.

Pelo impacto que irá causar, a instituição precisa que essa informação seja recebida pelo maior número de pessoas possível e que tenha credibilidade, mesmo que a assessoria da instituição perca parcialmente o controle sobre o que será divulgado.

A ferramenta de comunicação mais adequada para o caso é:

- a. A propaganda direta;
- b. A propaganda institucional;
- c. A assessoria de imprensa;
- d. Os eventos dirigidos;
- e. Os eventos para o grande público.

Questão **23**

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

Há profissões que só são compreendidas por quem as exerce. Assessor de imprensa é uma delas. Muitas vezes, nem a família do assessor entende o que ele faz. Nas empresas, a área muitas vezes é vista com desconfiança por boa parte dos demais setores por lidar com atividades e resultados de difícil visualização imediata, material. Especialmente por esse motivo, Ferrareto (2009) defende que o trabalho de Assessoria de Imprensa não deve ser feito com base no improviso, e sim ter como norma a organização e a constante avaliação dos resultados.

Com relação às atribuições e atividades do assessor de imprensa, assinale a opção correta:

- a. A assessoria de imprensa é a forma prevista pela Constituição Federal para a divulgação dos feitos de uma organização.
- b. A atividade dos assessores é controlada pelas redações, que funcionam como filtro e contratam esses serviços.
- c. O assessor de imprensa apresenta, de forma implícita, os fatos a partir do ponto de vista da organização assessorada.
- d. A assessoria de imprensa é instrumento estratégico para aumentar a visibilidade dos leitores.
- e. A assessoria de imprensa é parte da estratégia, tanto no nível interno como externo, da comunicação das organizações.



Questão 24

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

As mídias sociais são importantes ferramentas de divulgação para uma assessoria de imprensa. Assinale a opção correta para uso dessas plataformas:

- a. O uso do WhatsApp como ferramenta de comunicação institucional não é recomendado devido ao risco de exposição das informações compartilhadas.
- b. O Facebook deve priorizar a publicação de textos.
- c. O Instagram é uma rede social muito informal, não devendo ser utilizado para divulgação da atuação de uma instituição.
- d. O Twitter deve veicular textos curtos e concisos, preferencialmente acompanhados de imagens e hashtags.
- e. Para não sobrecarregar o público, o uso de mídias sociais na divulgação institucional deve ser limitado a uma plataforma, apenas.

Questão 25

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

Com base nos conceitos, aplicações e práticas de comunicação interna e cultura organizacional, assinale a alternativa correta:

- a. Na prática, a comunicação interna e a comunicação administrativa se confundem e, por isso, substituem-se.
- b. A comunicação interna passou por grandes transformações nas últimas décadas, tornando-se mais participativa e horizontal.
- c. Os meios utilizados na comunicação interna restringem-se aos tangíveis, como os boletins internos ou jornais murais, que asseguram às organizações resguardo contra eventuais ações trabalhistas.
- d. É inapropriado utilizar ferramentas de redes sociais como instrumentos de comunicação interna, pois essa prática representa certeza de redução na produtividade.
- e. Apenas os interesses dos funcionários devem ser contemplados nas divulgações de comunicação interna.

◀ A PROVA OCORRERÁ NO HORÁRIO DE MANAUS DE: 13:00H ÀS 15:30H. É TERMINANTEMENTE PROIBIDO TENTAR ACESSAR A PROVA ANTES DO HORÁRIO E DATA PREVISTOS EM EDITAL.

Seguir para...

PROVA SUBJETIVA - COMUNICAÇÃO SOCIAL/JORNALISMO ▶



[Painel](#) / [Cursos](#) / [PR-AM](#) / [1º Processo Seletivo de estagiários de 2021](#) / [2325-85](#) / [Geral](#)

/ [PROVA OBJETIVA - COMUNICAÇÃO SOCIAL/JORNALISMO](#) / [Visualização prévia](#)

Você pode visualizar este teste, mas se isto fosse uma tentativa real, você seria bloqueado porque:

Atualmente este questionário não está disponível.

Questão **26**

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

O cargo do membro do Ministério Público Federal intitula-se:

- a. Promotor de Justiça.
- b. Procurador Federal.
- c. Promotor Federal.
- d. Procurador da República.
- e. Procurador de Justiça.



Questão **27**

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

De acordo com a Constituição Federal de 1988, o Ministério Público Federal:

- a. É um órgão independente.
- b. É um órgão integrante do Poder Executivo.
- c. É um órgão integrante do Poder Legislativo.
- d. É uma instituição vinculada ao Poder Judiciário.
- e. É uma autarquia da Administração Indireta.

Questão 28

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

A respeito da disciplina constitucional do Ministério Público da União, como órgão que exerce função essencial à Justiça, analise as assertivas:

- I. O Ministério Público da União compreende o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
- II. O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional.
- III. O membro do Ministério Público pode ser demitido de suas funções em razão de discordância de sua forma de atuação em relação ao Procurador-Geral da República.

Está correto o que consta APENAS em:

- a. I e III.
- b. I e II.
- c. II e III.
- d. I.
- e. III.



Questão 29

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

Acerca das definições da Constituição Federal de 1988 sobre o Ministério Público, é correto afirmar:

- a. São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a divisibilidade e a dependência funcional.
- b. Os membros do Ministério Público podem ser demitidos a qualquer tempo por decisão administrativa do Presidente da República.
- c. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.
- d. A proposta orçamentária do Ministério Público é elaborada pelo Presidente da República e devidamente aprovada pelo Congresso Nacional.
- e. O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral de Justiça, nomeado pelos Governadores dos Estados.

Questão **30**

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

Fazem parte do Ministério Público da União, EXCETO:

- a. O Ministério Público Federal.
- b. O Ministério Público do Trabalho.
- c. O Ministério Público Militar.
- d. O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
- e. Os Ministérios Públicos dos Estados.

◀ A PROVA OCORRERÁ NO HORÁRIO DE MANAUS DE: 13:00H ÀS 15:30H. É TERMINANTEMENTE PROIBIDO TENTAR ACESSAR A PROVA ANTES DO HORÁRIO E DATA PREVISTOS EM EDITAL.



Seguir para...

PROVA SUBJETIVA - COMUNICAÇÃO SOCIAL/JORNALISMO ▶